

A INFLUÊNCIA DO CORONELISMO NO JORNAL “A CONQUISTA”: PRIMEIRO JORNAL DA CIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

THE INFLUENCE OF THE POLITICAL LANDOWNERS (CORONELISMO) IN THE JOURNAL “A CONQUISTA”: FIRST JOURNAL OF THE CITY OF VITÓRIA DA CONQUISTA

Alan Araújo Barbosa

Aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
E-mail: alanaraujo.br@hotmail.com

Marcus Antônio de Assis Lima

Pós-doutorado em Media & Communications pelo Goldsmiths College/University of London
Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
E-mail: mallima@uesb.edu.br

RESUMO

O presente trabalho aborda o nascimento da imprensa da cidade de Vitória da Conquista - Bahia. O jornal “A Conquista” fundado no ano de 1911, foi o primeiro periódico produzido na cidade. O primeiro foco da imprensa em Vitória da Conquista aconteceu só no início do século XX. A imprensa nascente em Vitória da Conquista foi utilizada como mais um instrumento de disputa política entre coronéis da época. Este artigo tem o objetivo analisar a imprensa a serviço dos interesses da oligarquia local e seus desdobramentos por vezes violentos. Tudo dentro da lógica das disputas familiares no contexto do coronelismo do nordeste brasileiro. A metodologia é a análise de conteúdo do jornal objetivando perceber as nuances do processo político, onde público e privado encontram-se imbricados dentro dos artigos de cunho políticos que eram publicados semanalmente e que podem ser entendidos como uma estratégia da imprensa partidária local na manutenção do poder através das páginas do jornal.

Palavras-Chaves: História do Jornalismo. *Newsmaking*. Coronelismo. Disputas Políticas. Bahia

ABSTRACT

The present work deals with the birth of the press of the city of Vitória da Conquista - Bahia. The newspaper “A Conquista”, founded in 1911, was the first newspaper produced in the city. The first focus of the press in Vitória da Conquista happened only in the beginning of the XX

century. The press in Vitória da Conquista was used as another instrument of political dispute between colonels (political chiefs) of the time. This article has the objective to analyze the press in the service of the interests of the local oligarchy and its sometimes violent unfolding. All within the logic of family disputes in the context of *coronelismo* (political landowners) of the Brazilian Northeast. The methodology is the content analysis of the newspaper aiming to perceive the nuances of the political process, where public and private are interwoven within the political articles that were published weekly and that can be understood as a strategy of the local party press in the maintenance of the power through the pages of the newspaper.

Key-words: History of Journalism. Newsmaking. *Coronelismo*. Political Disputes. Bahia

1 INTRODUÇÃO

Muitas informações se confundem a respeito da história da cidade de Vitória da Conquista-Bahia. Dentre várias histórias que relatam o surgimento da cidade, uma delas narra que esse processo teve início a partir de 1783, quando em expedição, chegara na região sudoeste do Estado, o sertanista João Gonçalves da Costa. Mas, analisando a história da cidade em várias fontes consideradas históricas e únicas dentro do contexto, o que se percebe é a ausência de documentos que realmente comprove como surgiu o povoamento do que hoje identificamos como a cidade de Vitória da Conquista. E, devido à falta de documentos favoráveis à produção desta parte do trabalho, é que me baseio no que fora exposto por Darcy Ribeiro (1995), mesmo que seja de maneira macro quando a questão está ligada ao surgimento das cidades no território brasileiro, levando em consideração as grandes cidades da época colonial e também do período que surgira e findara o *coronelismo* (1890-1930). Segundo Ribeiro (1995, p.195), as cidades que surgiram no país tinham como principal premissa exercer a função de principal polo do comércio através de importação e contrabando e da prestação de serviços aos setores produtivos na qualidade de agências reais de cobrança.

O autor ainda destaca que essas Vilas/Cidades serviram também para a arrecadação de impostos e taxas de concessão de terras, que posteriormente serviam como uma transmissão de bens familiares. Ou seja, uma legitimação de bens através de heranças e até mesmo por venda e de julgamento de ocorrências quando os casos estavam relacionados a conflitos. Além dessas funções, prestavam assistência religiosa, associada quase sempre com atividades escolares de nível primário e propedêuticas do sacerdócio (RIBEIRO, 1995, p.195).

Se levarmos em consideração uma possível reconstrução da história da cidade de Vitória da Conquista até a promulgação do ato de 1º de Julho de 1891, que elevava a Imperial Vila da Vitória à categoria de cidade intitulada Conquista, nada mais justo que basear nas bases científicas do segundo capítulo do trabalho de Darcy Ribeiro, “ O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil”, o qual, mesmo de forma generalizada e sem respeitar a identidade individual das localidades, aproxima das histórias e finalidades das vilas e cidades que surgiram antes do período da primeira república do país. O que se pretende aqui é reafirmar o surgimento das pequenas cidades e como aconteceu o seu desenvolvimento perante as transformações que o Brasil interiorano estava passando desde as descobertas das jazidas de ouro nas Minas Gerais até o fim da exploração da extração destas minas de ouro.

Ou seja, é justamente nesse período que possivelmente surge os primeiros focos de povoamento do que é hoje a cidade de Vitória da Conquista, visto que o período de início e declínio da exploração do ouro em terras brasileiras coincidem com momento. E, mais uma vez, remetemos aos estudos de Ribeiro (1995) para reafirmar a importância do período aurífero no surgimento de vilas e cidades que funcionavam como suporte da manutenção do poder central do país naquele período (RIBEIRO, 1995, p.156).

Este artigo tem o objetivo analisar a imprensa a serviço dos interesses da oligarquia local e seus desdobramentos por vezes violentos e culminando com assassinatos em nome da honra. Tudo dentro da lógica das disputas familiares no contexto do coronelismo do nordeste brasileiro. A metodologia utilizada para construir este artigo foi a Análise de Conteúdo (AC) em Jornalismo, pois, conforme Herscovitz (2007), a análise de conteúdo é um dos três métodos que Earl Babbie (1989), considerava livres de intromissão direta no objeto de estudo. Os outros são análises históricas, comparativa e a análise de estatística já existente (HERSCOVITZ, 2007, p.124). Segundo a autora, a análise de conteúdo da mídia é considerada um dos mais importantes e sérios métodos quando se trata de rastrear, investigar e descobrir as atividades das civilizações, o que ficou gravado ou impresso, devido a capacidade de inferências que este método possui.

Porém, a princípio, o que se pretende é chegar a resultados puramente qualificados e, para isso, as amostras ou *corpus* foram devidamente analisadas, tornando-se conhecida do pesquisador, o que possibilita entender que as amostras ou *corpus* obedecem aos critérios que a autora identifica como critérios conceituais e que não leva em conta a representatividade do material. (HEROSVITZ, 2007 p.129). Neste caso, aplica-se a análise de conteúdo em treze edições do jornal, analisando cerca de vinte e cinco notícias carregadas das práticas da política dos coronéis da cidade. Para isso, foi necessário desenvolver uma fórmula que possibilitasse medir da melhor maneira a extensão da folha onde eram impressas as notícias, juntamente com a

mancha de tinta das notícias. Para isso, foi desenvolvida a seguinte operação: Medida da Notícia (MN) x Área Total (AT): Tamanho da Mancha de Tinta (TMT) = Resultado Final **MN x AT**
: **TMT = Resultado** 55,25 x 100 : 1559,2 = 3,5434 cm².

E é a partir desta equação matemática que as notícias envolvendo a temática coronelismo no A Conquista, também conhecido como Hebdomadário Independente, serão analisadas. Aqui, tentaremos descrever a influência dos coronéis nas páginas deste jornal, objetivando a compreensão das nuances do processo político que se encontra imbricados e as estratégicas da imprensa na defesa das diferentes facções em disputas em prol da administração do Brasil interiorano. A principal teoria adotada será a Teoria do *Newsmaking*, de Mauro Wolf (1999), que discute os processos dos fatos até serem enquadradas no *status* notícia. No contexto histórico, ganharam destaques as pesquisas acadêmicas de jornalistas e historiadores como por exemplo: Isabel Lutosa (2004), Nelson Werneck Sodré (1998), Eul-Soo Pang (1978), dentre outros.

2 A CHEGADA DA IMPRENSA NA CIDADE

Com a criação dos tipos móveis de prensar por Gutemberg em 1450, a circulação de informações nos países do ocidente começou a fluir com mais facilidade e agilidade devido à possibilidade de fazer diversas cópias de um único livro a curto prazo, enquanto que de forma manuscrita comum à época, um livro demoraria em torno de dois ou três meses para que ficasse pronto e o que o tornava não só raro, como caro. A invenção de Gutemberg e seu aperfeiçoamento não só contribuiu para acesso e propagação do conhecimento, mas também para o aumento do interesse das pessoas pela leitura e escrita. A ordem era aprender a ler e consumir leitura. No momento, lucrar através das letras impressas era a ordem, tanto que o primeiro livro a ser impreso por Gutemberg foi a Bíblia, fonte de interesse e principalmente de desmitificação do que estava escrito nas palavras sagradas. Com isso, o aperfeiçoamento da obra de Gutemberg traz à tona o surgimento de uma nova classe, consumidora de informações diversas, mas que tem sua base calcada nas possíveis descobertas do que é verdade e do que é mentira nas pregações da Igreja, através da Bíblia Cristã. Este acesso, ou melhor, transformações possibilitadas pela prensa de 1450, foi o que culminou com as já sabidas transformações ocorridas dentro da cristandade sob a insigne da Igreja, compreendendo que a nova arte de imprimir livros provocou temores de toda ordem, pois, para muitos, o livro saído de um prelo, e não da tinta de um monge escriba, tornou-se uma força subversiva, capaz de abalar a fé e de reduzir a autoridade da igreja (RIBEIRO; CHAGAS; PINTO, 2007, p.37).

Com base no exposto, a chegada da tipografia é sinal de transformações sociais para a época devido à grande circulação de informações que eram proporcionadas às populações daquela conjuntura, de modo que a população da cidade de Vitória da Conquista, na Bahia de 1910, ansiasse por transformações tecnológicas. Conforme os estudos de Viana (1982), coube aos advogados Bráulio de Assis Cordeiro Borges e José de Souza Dantas a criação da imprensa da cidade de Vitória da Conquista. Segundo Viana (1982), toda a tecnologia necessária para a formação da tipografia, assim como da Imprensa Minerva, veio da cidade de Caetité, município localizado também no Estado baiano, sendo esta a tipografia que imprimia “A Conquista”, principal jornal da cidade e objeto deste estudo. Também foi responsável pela produção do “O Cravo e a Rosa”, que Viana (1982) considerava como um mini jornal de autoria do Coronel João Pereira da Silva e Anacleto Aleluia, e que nada mais era que um jornal humorístico, com a finalidade de entreter a sociedade letrada da cidade, [...] modesto e desprezioso, como elemento recreativo, não como rival de “A Rosa”, mas como seu amigo. [...] Era crítico e literário (VIANA, 1982, p.728). Porém, é sabido e afirmado por Francisco Rudiger que os impressos são formadores do espaço social, enquanto os veículos que prescindem de suporte físico permitem o domínio do tempo vivido pela sociedade (RUDIGER,1997, p.121).

E acrescenta, as comunicações nunca são neutras, carregam sempre uma certa inclinação. [...] a comunicação é um meio de projeção da consciência, que reveste-se de determinadas estruturas técnicas e, assim, modelam as formas de vida em sociedade. Os monopólios de saber que resultam delas comandam a distribuição de poder entre os grupos sociais, na medida em que essas estruturas implicam conceitos de tempo e o espaço controláveis através de diversos meios de comunicação. (INNIS, 1951, p. 64 *apud* RUDIGER 1997, p. 121). Sobre a importância da instalação da primeira imprensa tipográfica na cidade de Vitória da Conquista, pode-se afirmar que essa tecnologia representava prestígio social para os proprietários e colocava a cidade de Vitória da Conquista entre as cidades mais desenvolvidas da região. E assim, é possível afirmar que é a partir da inauguração da Tipografia Minerva que as cidades adjacentes passam a frequentar a cidade não apenas para visitar parentes e amigos, mas com a finalidade de conhecer as instalações em que se escreviam as notícias que permeavam as grandes páginas do jornal “A Conquista”. Afinal, ter uma tipografia própria era sinal de crescimento da população letrada que residiam na cidade, daí a curiosidade em conhecer como era gerida a redação do jornal “A Conquista”.

Trouxeram-nos os seus abraços de despedidas os distintos cavalheiros major Martinho Moreira, que com sua exma, família viajaram para Condeúba; Dr. Henrique Axencio da Silva, integro Juiz de Direito desta comarca, Dr. Otto Brandão de Moura digno Promotor desta

comarca, srs. Traquillino Soares e Bellarminio Soares, negociantes no Porto de Santa Cruz, e o major Leonel Ribeiro, negociante no Jequiè. (A CONQUISTA, 1911, p.2). E ainda, visitaram essa redação os srs. Cel Pullino Santos Silva, negociante e activo lavrador, que veio de sua fazenda Morro Redondo; Cel. Rodrigo Santos Silva, negociante nessa cidade, major Manoel de Andrade Santos, negociante e o snr. Afonso Chaves, representante do srs. Plinio Moscoso & Comp. De S. Felix.(A CONQUISTA, 1911, p.2). Dentre outras, também é possível destacar, visitaram esta redação: de volta a Jequiè o sr. Pedro Bernardo dos Santos cabeleireiro nesta cidade.[...] o senhor Octaviano Costa digno representante dos srs. Moraes & Comp. Quo vindo da capital se acha nesta cidade.[...] o sr. Francismo Madureira, actor dramático que faz parte da companhia A Esteves. (A CONQUISTA, 1911, p.3).

A população conquistense começa a deixar para trás uma troca de informação baseada na oralidade e expõe a produção impressa na cidade, posicionando-se como uma cidade moderna ao olharmos através do avanço tecnológico que representa a tipografia para a os moradores da cidade. Semelhante ao desenvolvimento tipográfico na capital, essa máquina representava o conceito de uma população preocupada com o desenvolvimento local, podendo ser comparada ao progresso que traria as estradas de ferro para a cidade. Sem contar que muitos assimilavam que uma cidade livre era uma cidade com prensa tipográfica, visto que antes do surgimento desta tecnologia os livros, folhetos, gravuras e decretos de leis eram escritos a próprio punho, o que encareciam de maneira extrema o preço final destes produtos, valorizando a mão de obra dos escritores ocidentais.

Percebe-se que a implantação do primeiro meio de comunicação local trouxe grandes expectativas entre a população, haja vista que a chegada dessa nova tecnologia na cidade significava possíveis lucros com a produção de folhetos, propagandas, difusão da cultura, arte e até mesmo na produção de jornais a nível local e regional. Desta maneira, o surgimento da “Tipografia Minerva” teria possibilitado mudanças de hábitos e costumes na vida dos conquistenses. Transformações comuns em qualquer lugar quando se refere à inserção de “novas” tecnologias, pois, quando uma nova tecnologia é introduzida no ambiente social, ela não cessa de agir nesse ambiente até a saturação de todas as instituições. A tipografia influiu em todas as fases de desenvolvimento das artes e das ciências nos últimos quinhentos anos. Seria fácil documentar os processos pelos quais os princípios da continuidade, uniformidade e repetitividade se tornaram as bases do cálculo da mercadologia, da produção industrial e das ciências. (MCLUHAN, 2003, p. 203).

Vale ressaltar que em meio a essa euforia, a cidade de Vitória da Conquista ainda não se beneficiava das estradas de ferro, apesar dos anseios em tê-la cortando a cidade como é

destacado, é de justiça que assim externemos as queixas e os esmorecimentos do povo[...] qualquer das duas estradas em construção que vier fará destas zonas sertanejas um verdadeiro Eldorado! (A CONQUISTA, 1911, p,1). Assim, como a grande parte das cidade que surgiram naquele período, não possuía nenhum outro tipo de transporte mecanizado, limitando-se apenas ao uso de burros e cavalos em suas viagens e vias de comunicação através dos tropeiros, como destaca a edição comemorativa dos 158 anos de Vitória da Conquista, do jornal Diário do Sudoeste, de 9 de novembro de 1998, o qual relata que até o ano de 1926 os comerciantes da cidade compravam as mercadorias em Salvador passando por Nazaré, Cachoeira e pelo Recôncavo, chegando em Jequié pela estrada de ferro de Nazaré. [...] De Jequié à Imperial Vila, como não havia estrada de rodagens ou ferrovias, as mercadorias eram transportadas no lombo de tropas. [...] A partir de 1926, com a abertura da estrada de rodagem que ligava a Vila à Jequié, as mercadorias passaram a chegar em caminhões. Único meio de transporte a motor conhecido daquele povo (Diário do Sudoeste, 1998, p. 9).

Talvez seja este um dos vários motivos que levou a cidade a desenvolver a sua imprensa de maneira tardia, comparado ao Idade d'Ouro do Brasil, pois o processo de crescimento e abertura de estrada de terra ainda não era comum no Brasil interiorano e os desbravadores tropeiros se valiam apenas das trilhas para chegar nas localidades mais desenvolvidas, as quais normalmente ficavam mais próximas da cidade do Salvador, capital do Estado.

3 ENTRE FAMÍLIAS, A DISPUTA PELO PODER LOCAL E O USO DO JORNAL IMPRENTO NA DESCONSTRUÇÃO DO OUTRO

Entre o final do século XIX e início do XX era comum o surgimento de família através da endogamia, o qual possibilitava o fortalecimento ideológico político e do *status* na cidade onde residiam e até mesmo por toda a região. No caso de Vitória da Conquista não foi diferente das demais cidades que surgiram devido a caça ao ouro brasileiro. Segundo Belarmino Sousa (1999), o surgimento do poder coronelista da cidade de Vitória da Conquista teve início com a chegada de João Gonçalves da Costa e somente por volta do século XIX é que outras famílias começaram a surgir por toda a região. Para este estudo, o mais importante é tentar descrever o surgimento daquele que seria um dos maiores e mais influentes coronéis da cidade e que, de alguma maneira, utilizava o primeiro jornal da cidade para fins políticos e partidários. Neste caso, estamos nos referindo a importância de José Fernandes de Oliveira, o futuro Coronel Gugé.

Sobre a genealogia deste coronel, [...] surgiu do casamento de Faustina Gonçalves da Costa (filha de João Gonçalves da Costa e Josefa Gonsalves da Costa) com o português Manuel de Oliveira, no ano de 1801 (SOUSA, 1999, p.28). E acrescenta: [...] Fernandes de Oliveira (se tornaria capitão da Guarda Nacional), quando da emancipação política do Arraial da Vitória (que passaria a ser chamada de Imperial Vila da Vitória) em 1840, seria o primeiro presidente da Câmara Municipal” (SOUSA, 1999, p.28). Surge a família Nunes de Oliveira, cujo patriarca saiu foragido da cidade de Salvador durante a Revolta da Sabinada. O tenente fugitivo José Nunes Bahiense disfarçou-se de professor, casando com uma das irmãs do Coronel Gugé. Mais tarde, nasceria Pompílio Nunes de Oliveira, principal opositor do coronel Gugé. De acordo com este relato, Sousa destaca que “desta união nasceram oito filhos. Dentre estes, destacou-se na vida pública Pompílio Nunes de Oliveira na condição de um dos maiores opositores de José Fernandes de Oliveira (coronel Gugé), de quem era primo terceiro” (SOUSA, 1999, p.35).

Assim, se reafirma o domínio endogâmico dentro da política conquistense e que mais tarde influenciaria no desenvolvimento de uma imprensa jornalística que serviria como porta voz dos principais políticos da cidade, transformando o privado em público. Vale destacar que, de certa maneira, o surgimento do Coronel Pompílio Nunes de Oliveira no cenário político conquistense veio a contribuir para a quebra de hegemonia política da família Gugé dentro do contexto histórico da cidade. Sobre a contra hegemonia, Jesús Martins Barbeiro (2001), afirma que a contra hegemonia não se produz nominalmente num vácuo de articulações socioeconômicas. Só numa ambiência politicamente articulada é que se constituem as ações discursivas responsáveis pela intervenção simbólica do diverso (BARBEIRO, 2001, p.35). Ainda sobre a importância da quebra da hegemonia política dentro deste contexto, pode ser afirmado aqui como era a ideologia da sociedade conquistense antes da oposição política de Pompílio Nunes de Oliveira, tendenciosa a ocultar as contradições sociais fundamentais fazendo com que as ideias da classe hegemônica, relacionadas a seus interesses de classe, se universalizem e apareçam como sendo de toda a sociedade. (ALMEIDA, 2011, p.8).

Visto que, segundo Sousa (1999), era o coronel José Fernandes de Oliveira, herdeiro dos exploradores Gonçalves, que, através de seu “carisma”, conseguia fazer a sua manutenção de poder político-econômico, o que fundamentava o seu poder patriarcal não só da sua família, mas de todos aqueles que o apoiasse. Estes coronéis já estavam compreendendo a importância de se ter um meio de comunicação que levassem as suas ideologias e ambições políticas aos demais moradores não só dentro dos limites da cidade, mas nas adjacências também. Era preciso investir na tecnologia de um jornal e progredir. Logo, é nesse período de

disputas de ideais políticos do “quem não me acompanha está contra mim” que pode ser afirmada a compreensão do que seria a “sociedade de massa” conquistense, visto que tanto o coronel José Fernandes de Oliveira (Coronel Gugé) e o Coronel Pompílio Nunes de Oliveira já mostravam e também identificavam quais os seus papéis e anseios nas disputas pelo poder local. Por fim, podemos afirmar que o surgimento de opositores do “carisma” do coronel Gugé pode ser entendido como o que Mauro Wolf (1999, p.24) descreve como o enfraquecimento dos laços tradicionais.

Neste clima de disputas entre situação e oposição do governo local, o surgimento do jornal impresso “A Conquista” cai como uma luva bem ajustada nas mãos dos coronéis conquistenses, pois é através dele que o meio privado começa a despontar como público. Ou seja, os assuntos antes discutidos nas salas, escritórios e rodas particulares de amizades, tomam dimensões além do que era entendido como segredos e passa ser de conhecimento da população local, aumentando a rivalidade e com isso ganhando adeptos tanto como nas ideologias oposicionistas, quanto nas situacionistas. Logo, a imprensa nascente de Vitória da Conquista já surge como um canal, um portão do discurso político daquele momento. Sobre esse acesso do discurso político na imprensa, Jurgen Habermas afirma que [...] portão de entrada de interesses privilegiados na esfera pública". Sua estrutura se altera, ao invés de opinião pública, aclamação, o próprio debate ganha a dimensão de espetáculo (HABERMANS, 1984, p.258). Na maioria das vezes a população apesar de estar no dito fogo cruzado, permanece excluída, sem direitos e apenas com deveres, um público de cidadãos, desintegrado enquanto público é de tal maneira mediatizado por meios publicitários que, por um lado, pode ser chamando a legitimar acordos políticos sem que, por outro lado, ele seja capaz de participar de decisões efetivas ou até mesmo de participar (Habermans, 1984, p. 258).

Sobre esse espaço de comunicação, o espaço político no público, Hannah Arendt descreve que o ser político, o viver, numa *polis*, significava que tudo era decidido mediante as palavras e persuasão e não mediante força ou violência. (ARENDR, 2007, p.35). Mas, é preciso lembrar, que a Vitória da Conquista de 1911, era uma cidade nascente, de origem patriarcal coronelista, em que a decisão ou ordens dos membros considerados poderosos bastava para ser entendido como uma verdade unilateral. A esse comportamento político dentro do espaço público, Arendt (2007) entende como modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característico do lar e da vida em família na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos. A autora ainda qualifica essa atitude como atitudes dos impérios bárbaros asiáticos que tinham a mesma conduta tanto na vida privada quanto na vida pública. Apesar dessas argumentações sobre a vida privada e pública, ressalta-se que essa

questão será abordada mais adiante, pois o que interessa mesmo é como o primeiro jornal impresso de Vitória da Conquista foi usado como objeto político na desconfiguração da identidade dos adversários “gugérianos”.

Como afirmado anteriormente, a imprensa jornalística da cidade só surge em 14 de maio de 1910. No entanto, devido as constantes disputas pelo poder local, a data em questão antecede o ano político da localidade, o que se pode afirmar que devido a proximidade de parentescos dos proprietários da Tipografia Minerva e do jornal em análise com o Coronel Gugé, não era coincidência alguma usar o jornal “A Conquista” para fins políticos e assim reafirmar o poderio da família Fernandes Oliveira como intendentess da cidade. Já como afirmado por Queiroz (1976), neste período estudado, era comum a dominação política por determinada família e perdê-la era o mesmo que desempregar grande parte de seus membros, e manter-se longe do status e prestígio social da região. O grupo familiar não se limitava aos pais, filhos, agregados e escravos; era muito maior pois, devido aos casamentos entre parentes, os troncos das famílias eram geralmente primos entre si e relacionados, formavam um sistema poderoso para a dominação política e econômica, para a aquisição e manutenção de prestígio e status. (Queiroz, 1976, p. 45).

Era questão de meses para que a oposição e a situação política começassem a articular seus planos a fim do apoio da população que residia na cidade e é, exatamente, em 1911, ano de disputa política que tentaremos comprovar a “A influência do coronelismo” nas páginas do jornalismo nascente da cidade de Vitória da Conquista. Serão analisadas 18 notícias publicadas em 13 edições do jornal “A Conquista” de 1911.

4 A POLÍTICA DO CORONELISMO NO JORNAL “A CONQUISTA”¹

Diariamente, os jornalistas determinam quais assuntos deveriam ser considerados importantes pelo público, enfatizando alguns e desprezando tantos outros, o que faz com que as pessoas discutam o que é divulgado devido a essa seleção do agendamento noticiado pelos jornais. Erbolato (1991) afirma que são vários os critérios que normalmente são usados na seleção das notícias, dentre eles, o que mais se aproxima da realidade da cidade de Vitória da Conquista e do jornal “A Conquista” é o critério da proximidade, isto é. o fato das pessoas se interessarem mais pelo que está acontecendo perto delas. Esse critério, com certeza, fazia parte não só das práticas jornalísticas dos profissionais envolvidos na produção do A Conquista, mas também por todos os leitores do jornal em questão. Todos os letrados da cidade tinham interesses nas consequências principalmente dos acontecimentos gerados pelas disputas políticas e do

cotidiano da cidade. Isso porque esses acontecimentos divulgados em forma de notícia, de certa maneira vinham carregados de novidades, que de algum modo iria mudar e atender as necessidades da população, transformando-se no jornalismo que Sousa identifica como “comunicação útil” (SOUSA, 2001, p 13).

Se para Sousa (2001), o jornalismo útil é aquele que atende as necessidades da sociedade em que está inserido e levar notícias relacionadas ao interesse do público, pode-se dizer que o jornal em questão atendeu aos critérios de noticiabilidade da proximidade, que informa sobre a necessidade de investir na policultura a fim do crescimento e desenvolvimento econômico da cidade através da exportação de gêneros agrícolas local, mas também obedece aos critérios de relevância, apontados na segunda citação, que discorrendo sobre a política do Brasil do final do século XIX e acerca do resultado da contagem dos votos que elegeu o novo presidente do país. Ressalta-se que, para a época, atinge o objetivo do jornalismo que é manter o leitor bem “informado” e interessado na notícia.

Sobre o critério de noticiabilidade por proximidade, Traquina (2005), afirma que este valor notícia é uma das principais preocupações dos profissionais do jornalismo pois esse “portão” permite selecionar as notícias da melhor forma possível, destacando acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas. Este valor-notícia determina que a noticiabilidade tem a ver com a capacidade do acontecimento incidir ou ter impacto sobre as pessoas, sobre o país, sobre a nação (TRAQUINA, 2005, p. 80). Ainda sobre o interesse por propagar notícias próprias da cidade, o jornal destaca os possíveis coronéis que estão se candidatando ao cargo de intendente municipal: [...] Temos na arena da política Conquistense trez candidatos à sucessão municipal, que são o Cel. Francisco Soares de Andrade, Cel. José Fernandes de Oliveira Gugé, e Mr. Reynado Casimiro. (A CONQUISTA, 1911, p.2).

Mas, o que percebemos nesta análise de conteúdo do jornal “A Conquista”² é uma verdadeira disputa de poder em que o coronel Pompilio Nunes de Oliveira³, o adversário e opositor direto das práticas “gugenianas” dos aliados do coronel Cel. José Fernandes de Oliveira Gugé⁴, sofre uma série de insultos e perseguições nas páginas do jornal, inclusive na edição nº 16 de 26 de agosto de 1911, foi publicado o artigo “Justa Reação”, ocupando aproximadamente 45% da edição para desconstruir a imagem do coronel Pompilio Nunes de Oliveira em que afirma ser um homem de outro mundo por reconhecer o Partido Republicano como um partido “hermista” em razão da vitória do Marechal Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910: a nossa *crassa ignorancia* ou *requintada má fé*, sapientíssimo e lealdoso Cel., é muito pertinaz; continuamos, portanto, a sustentar que não existe em parte alguma do Brasil, a não ser no encyclopedico, bestudo do s.s., o tal partido “hermista”; temos, sim, o partido republicano

conservador. [...] sobejos motivos nos fazem supor que a sabedoria do Cel., não é d'este mundo: pairando sempre *in excelsis*, a perscrutar os astros que rolam no infinito, não pode s.s. bem compreender o que se escreve cá em baixo, nem saber o que se passa entre os míseros mortaes. [...] vá dar lições ao seu cozinheiro, homem de Deus! (JORNAL A CONQUISTA, 1911, p.3).⁵ E ainda, depois, de modo secco, impolido e desdenhoso de sua referência ao falecido cel. Francisco Santos releva claramente o velho ódio que o cel. Pompílio continúa a votar à memória daquelle illustre e prante do extinto, seu vencedor, e a sua familia, à qual o inconsolavel e rancoroso vencido empresta planos e intuitos em que ella jamais cogitou! (JORNAL A CONQUISTA, 1911, p.3).

Fica evidente, o interesse do jornalismo conquistense de 1911 em favorecer o grupo político dominante dentro do próprio artigo, ao afirmar: “Cel. José Fernandes de Oliveira Gugé, sucessor, na família, do Cel. Francisco Santos e nosso candidato ao cargo de Intendente, pelo seu provado patriotismo, pelo seu acrisolado amor a esta terra que lhe foi berço e pela sua reconhecida influenciada e prestigio, é um penhor seguro das nossas caras esperanças acima expostas! (JORNAL A CONQUISTA, 1911, p.4). Para Tereza Cruvinel (2006), o jornalista não deve star ligado a um, ou a outro partido político para que seja compreendido como direito coletivo e de cidadania, em razão destes direitos já estarem garantidos na constituição dos países ocidentais e desta forma, serem invioláveis, destacando que do contrário, “ um sistema representativo estaria sujeito a um desequilíbrio de poder, uma distorção concentradora em favor dos representantes e governantes e em detrimento dos representados e governados. (CRUVENIEL, 2006, p.2016). Sendo assim, a estrutura deontológica do jornalismo conquistense de 1911, pode até fazer a mediação entre políticos e os demais conquistenses, mas, o problema é que a imprensa livre da cidade nasceu sob a ótica do partidarismo familiar local. Ou seja, é a família “gugeniana” e coligados que detiveram o poder da informação e é através dele que tentava manter-se na administração da jovem cidade.

E com um jornalismo opinativo quando se trata de publicar assuntos relacionados ao adversários do Cel. Fernandes Oliveira que o “A Conquista” possivelmente tenta formar a opinião dos moradores. Principalmente, dos moradores letrados da cidade e das cidades adjacentes. Vale destacar, que essa imprensa livre aqui citada, nada convém ao perfil descrito por Cruvinel que afirma, a informação e a propaganda política são concorrentes, cabendo garantir ao cidadão, na medida do possível, a possibilidade de diferenciar entre uma coisa e outra. Zelando, sobretudo, para que as duas não se confundam nunca”. (CRUVENIEL, 2006, p.220).

Não existia duas versões na mesma edição, tampouco na mesma matéria. Era uma ideologia coronelista falando o seu ponto de vista e atacando o adversário e seus aliados locais.

Afinal, era comum aos coronéis, apoiarem os mesmos partidos, principalmente, quando se tratavam de governadores estaduais. A desunião era apenas na disputa pela administração da intendência. O chefe da intendência era como uma espécie de prefeito do século XX. Esses coronéis lutaram por mudança administrativa apenas de âmbito local. Daí a disputa e necessidade de desconstruir a imagem do outro. Levando-se em consideração DaMata (1986), podemos afirmar que a identidade dos coronéis só pode ser construída através de contextos sociais de disputas históricas. E, é isso que o Cel. Fernandes de Oliveira, traz para si sob a ótica de CUCHE, a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais (CUCHE,2002, p.182). Por isso, as versões iam além do direito de respostas.

Os artigos aqui identificados como direito de respostas eram oportunidades raras, em que os “pompilistas” tinham para argumentar ou retrucar as acusações recebidas, a ocasião certa de se ter mais um assunto opinativo para as páginas do jornal. Só assim a imprensa nascente através do A Conquista poderia ser caracterizada como “livre”. Afinal, era a disputa da “verdade contra a verdade”. Entretanto, como a ideologia partidária e coronelista local já estava formada, a imprensa produzia apenas o que Cruveniel identifica como mediação entre políticos e o cidadão, [...] fornecendo a estes últimos a informação, acompanhada de análise ou de opinião autorizada, que lhes dará elementos para a formação de sua própria opinião, e no conjunto, para a formação chamada opinião pública (CRUVENIEL, 2006, p.220): agora na “ A Conquista” de 26 do cadente mez sahio um artigoda sobredita comissão, no qual o Cel. Pompilio, sendo victima das mais escandalosas mentiras, è injuriado em linguagem própria de lupanar..[...]esse artigo é um mirto de infâmias e sandices.[...]além de taes infâmias, consta ele de desconchavos que provam o desequilíbrio mental de quem o redigio.[...] em semelhante artigo ora afirma-se um facto, ora nega-se o mesmo facto [...] seja a afirmação que nelle se vê de sò haver dois partidos políticos neste Estado quando agora mesmo cada um dos dois partidos fazem opposição ao que tem a demoninação de “democrata” reunio a sua própria Convenção, quando é sabido geralmente que o Partido Republicano tornou-se em dois; quando os jornaes, da nossa Capital falam sempre nos três partidos do Estado. (UM POMPILISTA in A CONQUISTA, 1911. p.3).

Destaca-se que foi dedicado cerca de 27.5% da edição para o possível direito de resposta “pompilista” e, que diferente do artigo “Gugeniano”, de imediato, o A Conquista deu o seguinte expediente: A redação não se responsabiliza pelos escritos publicados na secção livre, assim como não restitui autógrafos não publicados. (REDAÇÃO A CONQUISTA, 1911. p.3). O que corrobora a aproximação do jornal à ideologia de governo do Cel. Fernandes de Oliveira.

Sobre a abertura à artigos de opinião privada nos jornais, destacamos o desvio do jornalismo de opinião em que a publicação da opinião privada é um atentado ético. Significa permitir que um indivíduo, valendo-se apenas do poder de publicar sua opinião particular, tente influenciar o conjunto de seus cidadãos, afetando-lhes o direito à boa informação. (CRUVINEL, 2006, p.230). Isso mostra que, dentro do jornal, existia uma certa autonomia na produção do periódico e que, possivelmente, estes profissionais usavam da má fé para beneficiar o seu grupo político. Assemelhando-se a isso a “toda a deficiência e manipulação da cobertura informativa exclusivamente para pressões e influências externas, se priva da possibilidade de captar o funcionamento da “distorção inconsciente”. (WOFF, 1999, p.184). O autor ainda afirma que “ligada às práticas profissionais, às rotinas produtivas normais, aos valores partilhados e interiorizados acerca do modo de desempenhar a função de informar”. (WOFF, 1999, p.184).

A exploração desta disputa entre coronéis conquistenses fez com que os leitores passassem a se interessar por todos os atos dos coronéis e seus aliados que disputavam o poder da intendência da cidade. Era o início do privado no público e para o público, pois através destes artigos e dos direitos de respostas gerados por eles, podemos afirmar que todos carregam um trecho da vida privada de todos os envolvidos nas disputas políticas, o que Cruvinel entende como uma fina sintonia com o noticiário em questão. Com isso, percebe-se a importância da proximidade dos acontecimentos para o interesse do público sobre um jornal ou determinada notícia, mesmo se levarmos em consideração uma possível falta de notícias relacionadas a outros assuntos do cotidiano da cidade, senão sobre as disputas entre coronéis.

Na edição de número 21, publicado em 30 de setembro do mesmo ano, e assim como nas demais notícias relacionadas aos chefes políticos da cidade, podemos encontrar a seguinte declaração do jornal A Conquista: De volta da capital acha-se nesta cidade o nosso amigo e assignante coronel José Fernandes de Oliveira Gugé. Candidato ao cargo de Intendente deste município, pelo partido situacionista. [...]Boas vindas. (A CONQUISTA,1911, p.3). E dando continuidade aos artigos de defesas “gugelianas” e ataques aos “pompilianos”. Cabendo destacar aqui a seguinte citação: Acervo de asneiras e mentiras”. “mixto de infâmias e sandices” –taes foram os qualificativos que aprovem ao articulista dar ao nosso artigo de 26 de Agosto, o que se vale tachar-nos de asnos, mentirosos, infames e sandeus.[...] viu também nelle injurias ao seu patrão “em linguagem própria de lupanar”.[...]Jouça agora: Inconsistente, sandeu e asno é o articulista que ignora o cengramento das duas frações do Partido Republicano, as quais, se bem que em sendas Convernções, ainda separadas por um resto de rivalidade, escolheram o mesmo cidadão para candidato ai cargo de Governador.[...] ainda inconsistente, sadeu e asno è o articulista, que julga possível e natural a existência, em um Estado a existencia de dous partidos

com a mesma denominação política e os mesmo principio politicos.[...]desequilibrado è o articulista, que teve o talento –so d’ele-de descobrir *descouchavos* no nosso artigo. (A CONQUISTA, 1911. p.3).

Essas citações ratificam o critério de proximidade dos assuntos publicados nas páginas deste periódico, sendo as acusações entre políticos o assunto mais publicado, não em forma de informação, mas em forma de artigo de opinião, onde quem sempre prevalece aos retruques são os políticos que apoiam o cel. Fernandes de Oliveira. É através dele que, possivelmente, começa a existir uma disputa mista de público e privado. Desta maneira, podemos reafirmar, o que já foi concluído antes de ser publicado a nota de “boas vindas” ao Cel. Fernandes de Oliveira em que todos os envolvidos na produção do jornal A Conquista, pertenciam e pregavam a mesma ideologia familiar e patriarcal dos Fernandes de Oliveira. E que, sabiamente, usam o cenário político local para fazer jornalismo por meio do que hoje, pode ser entendido como da cultura profissional e seus valores como também da organização do trabalho, como citado por (WOFF, 1999. P. 195).

Para Wolf, os critérios substantivos da notícia articulam-se em dois fatores, importância e interesse. Sendo que ambos trazem consigo a relevância da proximidade (WOLF, 1999, p.184). Através desta análise, podemos afirmar também que as notícias ditas importantes são, em certa medida, selecionadas obrigatoriamente, enquanto que as interessantes, que tem um caráter mais subjetivo, são menos vinculativas para todos (ibidem). Estas estão relacionadas principalmente s histórias de interesse humano, ao entretenimento, servindo-se, pois, de uma abordagem tanto mais atenta aos aspectos individualísticos. (SARI, 1980, 433 *apud* WOLF, 1999, p.40). Apesar dessa discussão girar em torno de artigos que de algum modo feriam a conduta e honra dos envolvidos, podemos através do mesmo autor entender que os profissionais envolvidos na produção deste periódico, já desenvolviam um “faro” compreendendo como e quais assuntos tornariam-se os mais comentados pela elite consumidora de notícia. Era necessário ter algo novo sempre em relação ao que já tinha acontecido e que causou grande alvoroço nas rodas de conversas dos intelectuais letrados da cidade. Assim, disputas, as rebeldias publicadas e trocadas entre “gugenianos e pompilistas” nas páginas do jornal A Conquista podem ser entendidos como a notícia publicada ontem que será transformada em capítulos de uma novela. Ou seja, estes profissionais possivelmente já desenvolviam e compreendiam a necessidade de ter em suas páginas a *continuidade* de um assunto de interesse público.

Sobre a necessidade de ver o velho como novo nas páginas do jornal, podemos afirmar que tais profissionais veem a realidade exterior como um conjunto de acontecimentos diferentes e independentes, cada um dos quais é novo e pode, por isso, ser relatado como notícias (GANS

1979, p. 167 *apud* WOLF, 1999, p.208). Destarte, podemos afirmar que os envolvidos na produção jornalística da cidade iam construindo rotinas que possivelmente alterariam as aparências normais de uma cidade ainda de cunho ruralista e que aos poucos ia sendo reconhecida, não pelo seu caráter rural desenvolvido, mas pelas disputas de poder que de certa maneira abria ao público um possível debate sobre a política local, o que pode ser entendido como algo positivo ou negativo, pois estes embates poderiam passar a ideia de uma cidade marcada pela violência em torno da manutenção de poder. Logo, era a existência de um jornal que possivelmente propiciava a importância de ter em mãos o cargo de intendente, além de conquistar aliados e adversários de disputa de poder nas cidades adjacentes. Sobre o lado negativo da notícia dentro desse contexto de disputas de poder a chupa e espadas, podemos destacar que “constitui notícia aquilo que altera a rotina, as aparências normais. ‘Quanto mais negativo, nas suas consequências, é um acontecimento, mais probabilidades tem de se transformar em notícias’”. (GALTUNG-RUGE, 1965, p.119 *apud* WOLF, 1999, p. 207). Mesmo que a notícia se transforme em notícia na sua forma oral é um acontecimento.

Era o espetáculo dos políticos na política e isso já era percebido pelo jornal: [...] um dos princípios fundamentais do jornalismo é que, quanto maior, mais insólito ou mais sangrento é o espetáculo, maior é o valor/notícia (WOLF,1999, p.207). Também destaca que, esses assuntos devem fazer parte da rotina do profissional, pois usar destes meios para garantir a sua audiência não o transforma em um homem mais ou menos macabro ou, tampouco, menos sensível para as coisas boas da vida e que poderiam preencher as páginas do periódico. Mas, por outro lado, podemos dizer através do próprio Mauro Wolf que todos os assuntos em debate faziam parte da atualidade da Vitória da Conquista do final do século XIX.

Dando continuidade à análise das edições do jornal, na edição de número 23 de 14 de outubro de 1911, segue o mesmo contexto das demais informações contidas nos jornais quando o assunto era os atos do Cel. Pompílio. Desta vez, afirmando que o Cel. em questão não era nenhum santo a ponto de desejar a paz na pequena cidade por no passado cometer diversos delitos, dentre eles, promover a injustiça social em prol de assassinos. Para tanto, o autor identificado como Manuel Raymundo dos Santos, afirma: sinto-me tomado de admiração, ao saber que s. s. Pompílio Nunes de Oliveira, tem coragem de subir á Imprensa para dizer que o povo conquistense repudia a Família Fernandes de Oliveira, que o morticínio e latrocínio feito no Tamanduá fora uma terrívelíssima vingança, que o seu programa de direção política é pacificar(não se pacifica o que está em paz).[...] hoje não moro mais em Vila Nova, mas da arena jornalística chamo a atenção dos meus amigos d’quella terra para que se lembrem do fim trágico que teve o infeliz José Cantador, aquele mesmo homme que s. s. Pompilio, no paroxysmo de

mania de grandeza, transformara num *colosso de prepotência*, livrando-o por um acto ignorado pelo mais poderosos dos satrapas! José Catador, o moço que s.s. fez e desfez, fora preso, afinal, pelas bala, mas como o s.s. *tinha força cesariana* e uma carta sua em 1898 *era mais valorosa de que um mandado de prisão, a cousa ficou le...ga...li...za...da!* (MANOEL RAYMUNDO DOS SANTOS em A CONQUISTA, 1911, p.2;3).

Nesta edição, aproximadamente, 38% das páginas do jornal A Conquista foi usado para discutir o passado do Cel. Pompílio. Neste caso, foi a primeira vez que o jornal ou um possível coronel não se vale de termos considerados “chulos” para descrever as atitudes do coronel em questão. Mas, Manoel Raymundo dos Santos vai além de tentar descrever as atitudes de cel. Pompílio Nunes. O autor do artigo, reconhece a importância do meio impresso para alertar a população local sobre a conduta do Cel. Pompilio. O que pode ser percebido, observando a Teoria Democrática, de Nelson Traquinam ao afirmar que o jornalismo tem que exercer três principais funções, porém em se tratando deste jornal cabe-nos apenas citar duas que são condizentes à ideologia ‘gugeniana’’: ser útil aos cidadãos através de informações que contribuem para mudanças positivas de seu cotidiano; e ser um *watchdog* (um cão de guarda), ou seja proteger o cidadão, no caso do A Conquista, proteger o cidadão conquistense contra os abusos do poder. Como afirmado anteriormente, não é percebido a possibilidade de citar ou aplicar a função que Nelson Traquina identifica como o jornalismo deve ser o espaço do contraditório e da pluralidade de opiniões, ser um mercado de ideias (TRAQUINA *apud* SEABRA, 2006, p.138).

A verdade, até o momento não se ter um artigo que realmente argumentasse o real sentimento do Cel. Pompílio Nunes sobre as acusações sofridas por seus opositores dentre as páginas do Hebdomadário Independente, como também era conhecido o noticiário. Também sobre o acesso e as acusações feitas pelos coronéis conquistenses do final do século XIX, podemos afirmar que para publicar as vontades dos descontentes “gugenianos” sobre a oposição “pompiliana”, é possível afirmar todos estes ataques só acontecem devido à influência dos mesmos sobre o periódico. Ou seja, a facilidade em ter acesso aos proprietários que na verdade possuíam as mesmas ideologias “gugenianas”. Acerca disso, Seabra (2006) destaca que essa opinião provada publicada visa essencialmente influenciar a opinião pública que representa apenas uma parcela da sociedade, sua parcela mais bem-informada, mais bem-educada e mais disposta à mobilização pública (SEABRA, 2006, p. 230). Apesar de nascente e de possuir artigos que alimentavam a política local através de grandes latifundiários, a imprensa coronelista ainda não se assemelhava às características de estrutura capitalista.

Deve ser destacado que são nestas edições que o periódico, mesmo que distante da função social do jornalismo, faz apelos sobre a importância do voto consciente apesar de neste período do final do XIX, apenas os grandes latifundiários tivessem direito de votar e escolher seus governantes. Sem contar a ausência de opositores que fosse contra a uma possível vitória do candidato J.J.Seabra dentro do contexto da cidade. Mas, foram publicadas as seguintes explanações: “ as urnas devem constituir o sacrário divino, onde vós ides depositar, sem hipocrisia ou desfarce, a cédula do voto” (A CONQUISTA 1911, p.1) e ainda, nunca, jamais, deveis voltar exclusivamente por um favor, por lações de parentescos ou amizades remotas”.(A CONQUISTA 1911, p.1). E como uma possível opinião aberta dos proprietários do periódico, é possível destacar, não queremos, entretanto, permanecer na mudez trígida duma imparcialidade comediante, porque detestamos aos que pretendem dizer das coisas naturaes da vida, lances theatraes, tornando-se até ridiculamente cômicos ou provando muitas vezes fatuidade e fraqueza de espirito. [...] Não! O voto não é, não ode nem deve ser um pedacinho de papel que se lança ás urnas, sem o menor escrúpulo nem compromisso, como infelizmente muitos pensam, para melhor vergonha do nosso Paiz (A CONQUISTA 1911, p.1).

Observando todo esse contexto de disputas, podemos citar aqui alguns trechos de “ O homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda (1995). Visto que, mesmo em busca do poder local, os diferentes se unem para se beneficiar de um possível reconhecimento dentro dos limites da intendência, caso o candidato apoiado fosse eleito. Isso representa duas situações comuns à época: 1. A manutenção e consagração do poder dos chefes de uma família cada vez mais patriarcal local; e 2. O desenvolvimento e fortalecimento do urbanismo conquistense, não pela questão de “união” política, mas pelo fato do surgimento de vias de comunicação que iam além das estradas abertas. Destas duas situações que contribuíam para o reconhecimento das autoridades “gugenianas” e “pompilianas” perante os candidatos a governador do Estado, é que se faz a “união política entre rivais, mas, em ‘prol do povo baiano’. Em outras palavras, a contribuição dos coronéis conquistenses para a eleição do candidato J.J. Seabra será a cordialidade perante os olhos do candidato estadual. Ainda dentro dessa cordialidade é possível destacar: já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial” (HOLANDA, 1995, p.146;147).

Afinal, era preciso manifestar respeito ao próximo, ter convívio familiar digno de ser referência para o povo da intendência e o bom convívio era a ética para aquele momento político. Ainda dentro desse contexto, é que podemos afirmar que a imprensa nascente da cidade de Vitória da Conquista, de forma alguma, conseguia se mostrar como um veículo de comunicação pluralista. Ora, por ser em sua essência uma imprensa “gugeniana” e não apresentar uma

autonomia séria em que pudesse ajudar o cidadão do momento, garantindo-lhes os devidos atendimentos de suas necessidades ao expor os diversos lados das situações considerados de interesse público e, ao menos, verificando as verdades dos fatos entre os envolvidos nas disputas políticas locais, nem mostrar a igualdade nos direitos de informar, muitas vezes se valendo das situações políticas para arquitetar seus jogos e destes implantar as regras políticas da cidade.

5 CONCLUSÃO

Ao dar os seus primeiros passos, a imprensa no Brasil, que surgiu sob a batuta e com os investimentos da Coroa, engatinhou presa a dogmas, ideologias, proselitismos, funcionando basicamente como uma máquina de produção de propaganda, a favor e contra a Coroa Portuguesa. Não eram passos livres. Sofria forte censura do Império. Não eram passos que comungavam com o ideal de interesse público, que fornece forte sentido ao Jornalismo. As vozes dos jornais tinham donos. Os pensamentos, algemas. Terra à vista. A frase, carregada de romantismo e presente nos livros de História, simbolicamente, inaugura oficialmente a relação política, econômica e ideológica que se estabeleceria ao longo de vários anos entre Brasil e Portugal. Uma relação que carrega traços de exploração, colonização e domínio, que atingiu também a Imprensa e a produção de conhecimento do nosso país, como fica bastante visível ao longo deste trabalho.

Nesta perspectiva, este artigo ampliou a compreensão sobre o assunto, tendo os objetivos alcançados. A metodologia utilizada se mostrou adequada na realização dos procedimentos, apoiando, sobremaneira, na obtenção de dados, cujo intuito foi o de buscar uma reflexão sobre o papel ou os papéis desempenhados pelo Jornalismo, enquanto instituição social, enquanto promotor de conhecimento e enquanto responsável pela formação da opinião pública. Por definição, o paralelo que segue bebe nas fontes históricas, porém a dimensão maior de sua proposta reside nas folhas em branco que o Jornalismo ainda virá a produzir.

Portanto, a pesquisa demonstrou que a cidade de Vitória da Conquista, não fugiu a regra das demais cidades do Brasil interiorano, uma vez que a partir do momento que a cidade passou a contar com uma topografia própria, o município passou a ter uma representação de uma comunidade preocupada com o desenvolvimento local, causando nas pessoas expectativas de mudanças e transformações sociais e políticas. Os coronéis detentores do mando passaram a usar o jornal como porta-voz de seus feitos o que possivelmente garantiu a manutenção do poder político-econômico e social, dentro da realidade dos moradores da cidade de Vitória da Conquista e localidades vizinhas. Portanto, inferimos que o jornal “A Conquista” foi manuseado como uma extensão do poder local, legitimando o poder e a influência do coronel Fernandes

Gugé, uma vez o jornal independente de suas conjugações dinamizava o desenrolar dos acontecimentos políticos em favor das ideologias “gugenianas”. Podemos, ainda, confirmar que o jornal “A Conquista” se destacou e ganhou dinamismo devido ao fato de ser um jornal que mantinha uma ligação direta com os representantes do poder político, o que facilitava as publicações de novas edições. Com isso, acreditamos que essa pesquisa poderá estimular estudos mais aprofundados sobre o assunto em trabalhos acadêmicos futuros.

NOTAS

- 1 A partir daqui, usaremos a abreviação “cel.” em substituição do termo coronel.
- 2 Todas as citações de origem do jornal A Conquista são grifos originais tal como estão no jornal em estudo.
- 3 Usaremos apenas o nome Cel. Pompílio Nunes.
- 4 Usaremos apenas o nome Cel. José Fernandes.
- 5 Grifos próprios do jornal.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jorge. **Cultura, Política e Hegemonia**. Anais do IV Compolítica. Apresentado no GT Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública. (UFPR). Disponível em <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Jorge-Almeida.pdf>. Acesso em 20 de mar. de 2016.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BARBERO, Martín Jesús. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

BREITCBACH, A.C.M. **Nota Sobre a importância metodológica dos conceitos**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 9, p. 121-125, 1988.

CRUVINEL, Tereza. “**Colunismo: análise, opinião e ética**.” In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo(Orgs.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro, Record, , 2006

CUCHE, Denys. **Cultura e Identidade**. In _____. **A Noção de Cultura em Ciências Humanas**. Bauru: Edusc, 2002.

DaMATTA, R. **A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira**. In: DaMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em Jornalismo**. 5ª edição. São Paulo: Ática, 1991.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HERSCOVITZ, Heloisa Golbspan. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil. Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

McLUHAN, Marshall. **Os meios como extensões do homem**. Trad. de Décio Pignatari. São Paulo, Cultrix, 2003.

MEDEIROS: **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.36, p. 1115-123, dez.2009 - ISSN: 1676-2584. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art09_36.pdf, Acesso em 09 de mar 2016.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias, 1889-1943: a Bahia na Primeira República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrine Lino Pinto. **O renascimento cultural a partir da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV**. Akropolis, Umarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 29-36, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/1413/1236>> . Acesso em: 11 de jan de 2016.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à Teoria da Comunicação: problemas, correntes e autores**. 2.ed. São Paulo: Edicon, 1997.

SEABRA, Roberto. **Jornalismo Político: história e processo**. In ____, SOUSA, Vivaldo (org.). **Jornalismo Político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª ed. Com cap. Inédito. Rio de Janeiro: Maduad, 1998.

SOUSA, P. J. **Elementos de teoria e pesquisa: da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUZA, B. J. **Arreios, currais e porteiras: Uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República**. 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2.ed., 2005

VIANA, A, L. **Revista História de Vitória da Conquista** Vol. 2. Vitória da Conquista: Gráfica O jornal de Conquista, 1982.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 5ª edição, Lisboa, Editora Presença, 1999.